

A ATUALIDADE HISTÓRICA DO CAPITAL E DA CLASSE TRABALHADORA MUNDIAL: TRABALHO, TEMPO DE TRABALHO, CONTRADIÇÕES SOCIAIS E REVOLUÇÃO¹

Ademir Quintilio Lazarini²
Rosângela Aparecida Mello³

Resumo

Este artigo versa sobre trabalho, tempo de trabalho e a atualidade mundial da classe trabalhadora e do seu integrante produtivo de capital, o proletariado. Versa, também, sobre a potencialidade revolucionária de ambos, sem perder de vista que, por sua condição produtiva de mais-valia, o proletariado ocupa posição principal na produção econômica e, por decorrência, no seu potencial político revolucionário. Para fazermos tais afirmações, nos valem de variadas fontes, que incluem “*O Capital*” de Karl Marx, autores marxistas, autores não marxistas e antimarxistas, organizações financeiras de propriedade capitalista ou de organizações estatais a serviço do capital, bem como meios de comunicação cujos proprietários são capitalistas e que veiculam notícias segundo os seus interesses de classe. Com isso, questionamos pela raiz as teses que afirmam a redução absoluta da classe trabalhadora em âmbito mundial e, no limite, o fim do proletariado. Dentre os autores abordados criticamente estão Habermas (1994 e 2012), (GORZ, 1982), (OFFE, 1994), (BECK, 1997 e 2010), (ARENDRT, 2000) e (LOJKINE, 1995). Questionamos, na mesma medida, autores que não romperam abertamente com o marxismo, mas que assimilaram teses análogas como, por exemplo, o marxista brasileiro José Chasin (CHASIN, 2000). Os questionamentos e críticas aos referidos autores tiveram com base os fundamentos teóricos do materialismo histórico a sua crítica da economia política burguesa. Como resultado, afirmamos a atualidade dessas críticas. O capital continua a sua expansão e complexificação mundialmente, levando consigo os seus elementos estruturais contraditórios imanentes, cuja crítica teórica foi realizada por Marx e Engels, expressas por meio de categorizações, ou seja, exprimindo as formas de modo de ser fundamentais dele. Por isso, concluímos que o tempo de trabalho condiciona de maneira imediata e mediata o conjunto da vida social, independentemente da dimensão quantitativa ou qualitativa das jornadas de trabalho.

Palavras-Chave: Capitalismo. Valor. Mais-Valia. Proletariado; Tempo de Trabalho.

THE HISTORICAL CURRENCY OF THE CAPITAL AND WORLD WORKING CLASS: WORK, WORKING TIME, SOCIAL CONTRADICTIONS AND REVOLUTION

¹ Este Artigo resulta do desenvolvimento concomitante e articulado de dois projetos realizados na Universidade Estadual de Maringá (UEM). São eles: 1) Projeto de Pesquisa “*Tempo Livre e Capitalismo: uma articulação possível? (Um Estudo sobre a concepção de tempo livre embasado na compreensão de Karl Marx em O Capital)*”; 2) Projeto de Extensão “*Educação e Educação Física: aproximações de análise à luz da crítica marxiana da economia política*”.

² Professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ Professora do Departamento de Educação Física (DEF), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Abstract

This article deals with labor, labor time and the current world of the working class and its productive member of capital, the proletariat. It also deals with the revolutionary potential of both, without losing sight of the fact that, due to their productive condition of surplus value, the proletariat occupies a major position in economic production and, consequently, in the revolutionary political potential. To make such claims, we draw on a variety of sources, including Karl Marx's "Capital", Marxist authors, non-Marxist and anti-Marxist authors, financial organizations owned by capitalists or state organizations serving capital, as well as media outlets whose owners are capitalists and who broadcast news according to their class interests. With that, we question by the roots the theses that affirm the absolute reduction of the working class worldwide and, in the limit, the end of the proletariat. Among the critically approached authors are Habermas (1994 and 2012), (GORZ, 1982), (OFFE, 1994), (BECK, 1997 and 2010), (ARENDRT, 2000) and (LOJKINE, 1995). We question, to the same extent, authors who did not openly break with Marxism, but who assimilated similar theses such as, the Brazilian Marxist José Chasin (CHASIN, 2000). The questions and criticisms of these authors were based on the theoretical foundations of historical materialism and their critique of bourgeois political economy. As a result, we affirm the relevance of these criticisms. Capital continues its expansion and complexification worldwide, taking with it its immanent contradictory structural elements, whose theoretical criticism was carried out by Marx and Engels, expressed through categorizations, that is, expressing the ways of being fundamental to it. Therefore, we conclude that working time affects immediately and mediately the whole of social life, regardless of the quantitative or qualitative dimension of working hours.

Key words: Capitalism. Value. Surplus Value. Proletariat. Working Time.

Introdução

Quando nos colocamos para discutir criticamente questões como o trabalho no capitalismo, tempo de trabalho, tempo fora do trabalho, lazer e outros temas pertinentes às contraditórias relações econômicas de produção capitalista, a partir do materialismo histórico, é comum nos depararmos com uma gama de argumentos contrários às realizações de pesquisas e reflexões sobre esses temas. Essa negação a priori, em regra, se dá por meio de argumentos segundo os quais essas temáticas não possuem mais relevância histórica enquanto objeto de estudos na contemporaneidade, pois teriam perdido validade teórica, social e política frente às novas temáticas contemporâneas.

Esses construtos teóricos, muito disseminados especialmente nas últimas quatro décadas do século XX e no início do século XXI, independente das suas diferenças secundárias, possuem seus matizes referenciais em teses largamente divulgadas, principalmente, nos meios acadêmicos e jornalísticos internacionais e brasileiros, bem como nas diversas redes sociais que emergiram com muita força e amplitude social no

século XXI. Dentro das possibilidades quantitativas do presente texto, nos limitaremos a citar algumas dessas teses, com seus respectivos autores e obras matriciais, que buscaram e buscam referenciar a perda do protagonismo histórico da contraditória relação entre capital trabalho e, por conseguinte, das consequências econômicas e políticas dela derivadas.

Começamos pela tese da “perda da centralidade social trabalho”, de Jürgen Habermas (1929-), no livro *“Técnica e Ciência como Ideologia”* (HABERMAS, 1994), escrito originalmente em 1968. Ali Habermas fazia a sua ruptura definitiva com Marx. Como decorrência e principal resultado dessa ruptura, treze anos depois, em 1981, publicou *“Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social”*, (HABERMAS, 2012). Neste livro o autor afirma a prioridade social da comunicação em detrimento da produção econômica, defendida por Marx. Segundo Habermas, no período do “capitalismo tardio” as categorias econômicas do autor de *“O Capital”*, bem como a luta de classes que está na sua base socialmente contraditória e insolúvel, teriam perdido validade histórica enquanto expressão explicativa fundante da sociedade, pois, segundo os seus termos inequívocos:

O capitalismo estatalmente regulado, que surgiu de uma reação contra as ameaças aos sistemas geradas pelo antagonismo de classes, **pacifica o conflito de classes**. O sistema do capitalismo tardio está a tal ponto determinado **por uma política de compensações que assegura a lealdade das massas dependentes do trabalho, ou seja, por uma política de evitação do conflito**, que é precisamente esse conflito incrustado sem cessar na estrutura da sociedade com a regularização do capital em termos de economia privada, o que com maior probabilidade irá permanecer latente. **Retrocede perante outros conflitos** que, sem dúvida, são igualmente condicionados pelo modo de produção, **mas que já não podem assumir a forma de conflito de classes**. [...] **a relação capital, em virtude da sua ligação com uma forma política de distribuição que garante a lealdade, já não é hoje o fundamento de uma exploração e opressão irretificáveis**. [...]. (HABERMAS, 1994, p. 76-77, grifos nossos).

André Gorz (1923-2007), por sua vez, defendeu, sem meias palavras, o fim do proletariado no final do século XX e, concomitantemente, a superação do socialismo enquanto possibilidade histórica de alternativa ao capitalismo. É esse o conteúdo fundamental expresso no seu livro *“Adeus ao proletariado: para além do socialismo”* (GORZ, 1982), escrito em 1980.

Claus Off (1940-), apropriando-se da tese central do seu antigo mestre Habermas e extraíndo conclusões próprias dela, apresentou o seu questionamento incisivo à “centralidade objetiva e à centralidade subjetiva do trabalho”. (OFF, 1994, p. 175). É isso

que nos apresenta, por exemplo, no artigo cujo título é bastante esclarecedor sobre as suas posições: “*Trabalho: a categoria sociológica chave?*”. Este é um dos artigos, reunidos para a primeira publicação em 1985, que compõem o livro intitulado “*Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*” (OFF, 1994).

Seguindo as trilhas teóricas e políticas de Gorz e Off, o sociólogo polonês radicado na Alemanha Ulrich Becke (1945-2015), aprofundou-as no que diz respeito ao trabalho na sociedade capitalista. É o que está exposto, por exemplo, em um artigo que teve impacto inclusive no Brasil, no final do século XX, intitulado “*Capitalismo sem Trabalho*” (BECKE, 1997). O conteúdo deste artigo não é algo estranho ao conjunto da sua obra, ao contrário, ele deriva e aprofunda os seus estudos anteriores como, por exemplo, o seu conhecido livro “*Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade*” (BECKE, 2010), publicado originalmente em 1986. O cotejamento entre o Artigo e, principalmente, o Capítulo 6 do livro, intitulado “*Despadronização do trabalho assalariado: sobre o futuro da formação profissional e do emprego*”, demonstram o sentido de continuidade e aprofundamento entre ambos.

Todavia, as teses de Becke sobre o “capitalismo sem trabalho” estão em consonância parcial ou integral não apenas com os autores em tela, mas também com uma das principais referências da democracia liberal do século XX: Hannah Arendt (1906-1975). Isso pode ser constatado clássico da autora “*A Condição Humana*” (ARENDR, 2000), cuja publicação inicial veio à luz em 1958.

A secundarização histórica dos “trabalhadores tradicionais”, resultante da “Sociedade Informacional”, foi apresentada e defendida por Jean Lojkine, em 1992, no livro “*A Revolução Informacional*” (LOJKINE, 1995). A mistificação refinada operada pelo autor quanto ao uso das tecnologias de base microeletrônica à produção econômica capitalista atraiu muitos adeptos, bem como, a obra passou ilesa pela crítica até mesmo de muitos marxistas⁴.

Evidentemente que essas teses e outras similares ganharam força ou foram devidamente embaladas, direta ou indiretamente, pelas crises indisfarçáveis, nos anos da

⁴ Um exemplo da segunda postura foi expresso na “*Apresentação*” para a edição brasileira desta obra, publicada pela Editora Cortez, realizada pelo erudito e competente marxista brasileiro José Paulo Netto (NETTO, 1995). Estranhamente o apresentador brasileiro não fez nenhuma crítica de fundo à obra, pois nela não faltam exemplos de mistificações tecnológicas que, no mínimo, escondem o real sentido da aplicação tecnológica da ciência à produção capitalista, cujo objetivo fundamental é aumentar a produtividade do trabalho por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho e, em última instância, aumentar as taxas de lucro dos capitais individuais.

década de 1980, dos países do bloco europeu, sob influência soviética, que formavam o assim chamado “socialismo real” e da parte majoritária do movimento comunista europeu ocidental⁵. Os principais desdobramentos dessas crises foram a “Queda do Muro de Berlim”, consumada em novembro de 1989, e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ocorrido em dezembro de 1991. Estes eventos históricos levaram às derrocadas daqueles regimes autoproclamados “socialistas” do Leste Europeu. Concomitante a eles, se deu uma gigantesca ofensiva econômica e política da produção e reprodução ampliada de capital em âmbito mundial.

Tratou-se, sem dúvida, naquele momento, de uma grande vitória do capitalismo ao suplantarem parte significativa dos seus oponentes históricos que levavam consigo o nome do socialismo. Mesmo para aqueles que não viam naquelas experiências sociais elementos básicos compatíveis com a real transição para o comunismo, sentiram o peso daqueles escombros sobre as suas costas⁶. Os proprietários do capital e seus apologistas não fizeram nenhuma questão (e não teriam porque fazê-la devido a sua posição de classe) de poupar nada e ninguém, bastavam-lhes os gritos triunfantes de “vencedores imbatíveis da história”, incorporando todos os tipos de argumento, por mais superficiais e levianos que fossem, desde que servissem ao seu pragmatismo classista. Esse tipo de pensamento foi exposto de forma radicalizada pelo funcionário de Estado dos Estados Unidos, Yoshihiro Francys Fukuyama (1952-), no seu livro “**O fim da história e o último homem**” (FUKUYAMA, 1992⁷).

⁵ Uma apreciação histórica relevante da crise do movimento socialista revolucionário, especialmente do europeu, foi realizada por Fernando Claudin. (CLAUDIN, 2013). Mesmo discordando de algumas das suas análises centrais cujas críticas ao stalinismo e seus correlatos priorizou os elementos políticos e ideológicos, sem dúvida a sua obra demonstra de maneira factual e documentada muitos erros graves do movimento socialista revolucionário no século XX, que contribuíram de maneira significativa para as derrotas acima mencionadas.

⁶ Ao colocarmos a questão nesses termos, não estamos negligenciando, por exemplo, ganhos sociais que aquelas populações trabalhadoras obtiveram, especialmente na União Soviética. Ganhos esses que a maior parte da classe trabalhadora mundial jamais conseguiu. Além disso, aquelas experiências pressionavam os dirigentes dos Estados Capitalistas e, por conseguinte, as grandes personificações do capital a fazerem concessões às suas frações da classe trabalhadora, que não teriam feito sem aquela pressão externa. Evidente que essas concessões foram feitas à contragosto, mas no limite de não obstaculizar a reprodução ampliada dos capitais transnacionais e nacionais daqueles países. Posto isso, frisamos que de maneira alguma estamos fazendo apologia daquela vitória capitalista e desconsiderando as influências positivas para as populações mais pobres de países latino-americanos, asiáticos e africanos. O que estamos pondo em questão é que como projetos de transição socialistas fracassaram historicamente, tanto pelas pressões externas dos países capitalistas dominantes quanto por suas debilidades internas. Assim, não deram sequer os passos necessários para iniciar o socialismo enquanto transição para uma sociedade de comunista.

Este livro, cuja primeira publicação aconteceu em 1992, se constitui em um desdobramento adensado do Artigo “*O Fim da História?*”, escrito em 1989. O livro marcou uma “pequena época” durante a década de 1990 e ganhou adeptos pelo mundo afora, especialmente entre os apologistas estreitos do capitalismo e os ex-esquerdistas convertidos a ele. No livro, Fukuyama elabora a ideia fundamental segundo a qual as

Importa frisar que não apenas no campo teórico externo ao marxismo e crítico a ele, teses com esse teor teórico, em alguma medida, ganharam corpo. No interior do marxismo alguns teóricos, de alguma maneira, das assimilaram parcial ou integralmente. Citemos aqui o caso do erudito marxista brasileiro José Chasin (1937-1998) quando, em meados dos anos de 1990, avaliou que o proletariado como agente revolucionário estaria historicamente reduzido e derrotado no final do século XX. Apresentou a sua compreensão sobre os motivos dessa situação e quais seriam os novos sujeitos revolucionários.

O proletariado hoje se encontra: em processo de redução numérica; superado como agente tecnológico de ponta; humano-societariamente desmoralizado e intimidado pelo desemprego crescente; sindicalmente em refluxo e historicamente desmoralizado pela perversidade do extinto processo soviético.

Se esta é a figura do titã da revolução, estamos diante de um poder redentor da *miséria cristã*, não em face do devir humano do homem tematizado com empenho racional por Marx.

Hoje, ao não apontar no proletariado a determinação de sua atuação com as forças produtivas mais avançadas, qualquer assalariado pode vir a ser vanguarda de classe, justamente porque não oferece perspectiva de futuro, pois esta deixou de ser considerada, basta a democracia.

[...]

Para justificar o desaparecimento do proletariado, lembrar Marx quando diz que a apreensão positiva do existente subentende compreender seu desaparecimento (O Capital, Posfácio da segunda edição, ed. abril, p. 21, grifos do autor).

Assim, **se quiserem chamar de proletariado os novos contingentes de ponta da lógica onímoda do trabalho, paciência, não são os nomes que decidem da natureza das coisas, mas não é uma ideia feliz, nem como homenagem a um lutador vencido.** Se os mais renitentes ou saudosos assim o quiserem, o termo pode ser conservado, contanto que retenha a noção fundamental de significar **trabalhador que opera por meio das forças produtivas de ponta.** (CHASIN, 2000, p. 68-69, grifos nossos).

Devido à ampla disseminação desse tipo de ideário, se faz necessário verificá-los com certa acuidade. Perguntar e perquirimos se havia respaldo para elas na realidade objetiva nos momentos históricos em que estavam sendo produzidas e que foram assimiladas, ou seja, do final dos anos de 1960 e seus desdobramentos nos dias atuais. Para tanto, a nossa análise teve como fundamento principal a crítica marxiana da economia política burguesa, especialmente a sua produção em “*O Capital*”.

contradições entre as classes sociais, tal como ocorreram desde o início da Revolução Industrial, haviam terminado com a vitória do Ocidente capitalista sobre o “Leste Socialista”, marcando definitivamente o triunfo do capitalismo por meio das suas democracias ocidentais, com os EUA à frente, como forma definitiva de organização das sociedades humanas.

Por isso, é mister recuperar, primeiramente, que na época em que Marx analisava criticamente a produção capitalista e os seus principais teóricos, quando o movimento socialista revolucionário travava os seus primeiros combates contra essa ordem social, as consequências sociais e políticas do modo de produção especificamente capitalista já se faziam sentir em escala planetária, mesmo que os seus pólos mais desenvolvidos se limitassem predominantemente a alguns países da Europa Ocidental e as unidades federativas não escravocratas do Leste dos Estados Unidos da América. No entanto, as suas categorias fundamentais como, por exemplo, valor de uso, valor, valor de troca, mais-valia, trabalho abstrato, trabalho necessário, trabalho excedente, capital constante, capital variável e acumulação em escala ampliada estavam socialmente postas e, por decorrência, para onde quer que o esse modo de produção tenha se expandido ou venha a se expandir, a sua essência social e, portanto, as categorias que expressam a sua processualidade histórica, não podem ser alteradas.

1) O Movimento Contraditório do Capital e a Classe Trabalhadora

O grau atual de complexificação das relações capitalistas de produção e reprodução se constitui no desdobramento auto-expansivo do valor⁸ em escala planetária, conforme a tendência histórica apreendida e discutida com profundidade por Marx, especialmente em “*O Capital*”. Portanto, a relação social de produção chamada capital, cuja lógica imanente é a produção sempre ampliada do valor por meio da exploração capitalista da força de trabalho, se constitui na vida do capital. A fim de ilustrar essa compreensão retomamos aqui algumas passagens esclarecedoras do Livro Segundo de “*O Capital*” quando trata do processo global de circulação:

É comum a todos os três ciclos⁹: **incremento do valor como objetivo determinante, motivo propulsor**. [...]

O capital como valor que cresce implica **relações de classe**, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho assalariado. Mas, além disso, **é movimento**, processo com diferentes estágios, o qual abrange três formas diferentes do processo cíclico. Só pode ser apreendido como movimento e não como algo estático. Aqueles que acham que atribuir ao valor

⁸ Valor é o tempo de trabalho médio socialmente necessário para a produção de mercadorias. Na sociedade capitalista o propósito fundamental é acumular valor, ou seja, o referido tempo. Essa acumulação só é possível por meio da extração do trabalho excedente (mais-valia) realizado pelos trabalhadores produtivos de capital. A expressão monetária do valor é o dinheiro seja qual for a sua forma (papel moeda, ações, títulos de crédito, etc.). Portanto, quando afirmamos que determinado empreendimento capitalista possui determinado quantum em dinheiro (reais, dólares, euros, Yan, etc), estamos nos referindo há uma determinada quantidade de tempo socialmente necessário que ele tem acumulado.

⁹ Os ciclos do capital são os seguintes: ciclo do capital-dinheiro; ciclo do capital-produtivo; ciclo do capital-mercadoria. Marx pormenoriza o significado individual dos ciclos nos capítulos I, II e III, do Livro Segundo de “*O Capital*”.

existência independente é mera abstração esquecem **que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante** (*in actu {na realidade}*).

(MARX, 1991, p. 102,107, **grifos nossos**).

A classe trabalhadora é o único elemento que, quando incorporada à produção do capital, é capaz de produzir valor e mais-valia. No entanto, é preciso esmerar essa compreensão, pois essa classe é constituída por trabalhadores produtivos e improdutivos¹⁰ de capital.

Para tanto, nos valeremos didaticamente de alguns argumentos textuais de Marx a respeito dessa questão central para o construto teórico e estratégico socialista revolucionário, qual seja: que o caráter produtivo ou improdutivo de capital de uma determinada atividade econômica não se define pelo tipo específico de atividade produtiva nela empregada e, por conseguinte, pelos produtos e serviços objetivados ao final do processo. Por isso, retomamos primeiramente a definição de trabalhador produtivo de capital que foi exposta no Capítulo XIV (*Mais-valia absoluta e relativa*) do Livro Primeiro d' *O Capital*, nos seguintes termos:

[...] A produção capitalista **não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia**. O trabalhador produz não para si, **mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.** [...]. (1988, v. 1, t.2, p.101, **grifos nossos**)

Na sequência deste capítulo, Marx exemplifica o trabalhador produtivo de capital justamente por meio do professor que vende a sua força de trabalho para um empreendimento capitalista de educação, cuja mercadoria produzida para os seus clientes é o ensino. Não importa que esse trabalhador não produza algo empiricamente tangível ao final do processo como seria o caso do capitalista cujo empreendimento produzisse salsichas. O que é decisivo nessa relação social de produção e faz dela produtiva de capital é produzir um valor adicional para o capitalista no final do processo. Por isso, de acordo com Marx:

¹⁰ É de suma importância não perder de vista que os trabalhadores improdutivos de capital imprescindíveis para realização do processo cíclico do capital. Os exemplos dos trabalhadores do comércio atacadista e varejista expressam essa importância. Devido a essa condição, esses trabalhadores também podem desempenhar papel relevante nas lutas contra a ordem social vigente. Marx trata de maneira pormenorizada o trabalhador improdutivo de capital, usando inclusive o exemplo do trabalhador comercial, nos capítulos XVI (*Capital Comercial*) e XVII (*O Lucro Comercial*), do Livro Terceiro de "*O Capital*".

Um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, **mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera na a relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil**, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, **a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital.**” (1988b, v. 1, t. 2, p. 103, **grifos nossos**).

A segunda definição explícita de proletário apresentada por Marx, da qual nos valeremos, é aquela referente no Capítulo XXIII (*A lei geral da acumulação capitalista*, do Livro I, em uma frase do corpo do texto complementada pela nota de rodapé n. 70). Os termos ali expressos são os seguintes:

A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. [...] Por ‘proletário’ **só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’** e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de ‘Monsieur Capital’, como Pecqueur¹¹ chama a esse personagem. [...]. (1988b, v. 1, t. 2, p. 179, **grifos nossos**).

A classe trabalhadora é quem realmente produz a chamada “globalização capitalista contemporânea”. Esta segue o seu curso planetário por meio do movimento contínuo de expansão do capital em busca sempre de valorização em escala ampliada. A comprovação da expansão territorial e da ampliação da magnitude do valor pode ser constatada pela proliferação da produção especificamente capitalista em larga escala pelo Leste Europeu, Ásia, América Latina, África e Oceania, conforme apresentaremos na sequência.

Não obstante essa dupla ampliação quantitativa, o seu itinerário continua crivado por todas as suas contradições de origem, especialmente a queda na taxa de lucro do capital que provoca crises cíclicas, abalando o conjunto da economia mundial ou parte significativa dela¹². Sobre a historicidade dessas crises vale lembrar que:

Em 1825 ocorreu a primeira crise de superprodução de capital. Desde então, esta genuína modalidade de crise se repetiu em 1846/1847, 1857/1858, 1866/1867, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961, 1967, 1974/75, 1980/1982, 1986, 1991, 1994, 1997, 2001, 2008/2009. Sobre a periodização dessas crises, vale destacar, além da periodização e das análises do próprio Marx n’ *O Capital*, autores filiados ao

¹¹ Trata-se de Constantin Pecqueur (1801-1887). Economista francês e socialista utópico a quem Marx fazia referências desde os “*Manuscritos econômicos e filosóficos*”, escritos em Paris no ano de 1844.

¹² Marx discutiu de maneira mais aprofundada o caráter das crises capitalistas na Parte Terceira (*Lei: Tendência a Cair da Taxa de Lucro*), do Livro III de *O Capital*, constituídos pelos seguintes capítulos: XIII (*Natureza da Lei*); XIV (*Fatores Contrários à Lei*) e XV (*As Contradições Internas da Lei*). (MARX, 1991b).

pensamento deste, cujas posições são divergentes entre si. Esses são os casos, por exemplo, de: (MANDEL, 1990 p. 37-40), (NETTO; BRAZ, 2006, p. 156-167) e (MARTINS, 1999, p. 52-56; 2005, p. 21-32 e 2009, p. 7-27). (LAZARINI, 2015, p. 333).

No momento em que este artigo está sendo produzido, mais uma crise de acumulação internacional está em curso. Falseada pelos economistas defensores do capitalismo como “crise do coronavírus”, a realidade é que em 2019 todos os indicadores econômicos das principais potências apresentavam resultados muito ruins em termos de taxas de lucro. Esses são os casos daqueles países que estão na ponta de lança da produção capitalista: EUA, China, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Japão. A pandemia agravou uma crise mundial capitalista que, no início de 2020, estava posta. A esse respeito citamos parte das análises pertinentes do Editor da Revista Crítica Semanal da Economia Política:

Antes era o vírus capital. Havia até uma certa coerência. Mas agora é o COVID19. Este último tornou-se a única referência que eles encontram para dizer alguma coisa sobre o rumo que a economia pode tomar neste e nos próximos trimestres.

[...]

[...] **desde o ano passado a economia mundial já apresentava grave quadro de plethora do capital. Em setembro de 2019, já se podia fazer outras observações acerca de um pavoroso estado estacionário da economia mundial como o mais provável cenário para os trimestres adiante.** O coma induzido do capital que se passa agora é a primeira reação dos capitalistas de todo o mundo àquele inaceitável cenário. (MARTINS, 2020, p. 5,6, **grifos nossos**).

A expansão da produção e reprodução capitalista dos anos de 1960 aos nossos dias significou o aumento mundial da classe trabalhadora subordinada ao capital cada vez mais universalizado. Esse aumento foi constatado pelas pesquisas do Banco Mundial, expressas no seu *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 1995*. Neste Relatório são apresentados dados comparativos da força de trabalho mundial, considerando os anos de 1965 e 1995, com projeção para o ano de 2025. Além disso, o relatório apresenta a divisão quantitativa e percentual da força de trabalho mundial por regiões. Os números são os seguintes:

Tabela 1 – Força de trabalho mundial, por região e grupo de renda

Grupo de Renda ou Região	Milhões de Trabalhadores (Faixa etária de 15 a 64 anos)			Porcentagem do total		
	1965	1995	2025	1965	1995	2025
Mundo	1.329	2.476	3.656	100%	100%	100%
Alta Renda (OCDE)	269	373	384	20%	15%	10%

América Latina e Caribe	73	166	270	5%	6%	7%
África Subsaariana	102	214	537	8%	9%	15%
Ásia Oriental e Pacífico	448	964	1.201	34%	39%	33%
Ásia Meridional	228	440	779	17%	18%	21%
Europa e Ásia Central	180	239	281	14%	10%	8%
Oriente Médio e África do Norte	29	80	204	2%	3%	6%

FONTE: Martins, 1999, p 88.

O primeiro aspecto a se considerar frente à tabela acima, é que a classe trabalhadora, em termos globais, praticamente dobrou no período entre 1965 a 1995. Acrescentamos que a projeção apresentada nessas pesquisas (que vem se confirmando¹³, para o ano de 2025, o contingente de trabalhadores com idade entre 15¹⁴ a 64 anos chegou **três bilhões e seiscentos e cinquenta e seis milhões** de pessoas. Quanto aos demais aspectos da tabela, farei uso da brilhante síntese apresentada por Martins (1999):

Desde 1965, o crescimento da oferta de trabalho se diferenciou claramente entre as diversas regiões do mundo: 38% nas economias desenvolvidas (OCDE); 12,7% na América Latina e Caribe; 110% na África; 115% na Ásia Oriental e Pacífico; 93% na Ásia Meridional; 32% na Europa e Ásia Central; 176% no Oriente Médio e África do Norte. **Pelas projeções do Banco Mundial, até**

¹³ Alguns dados específicos relevantes mais recentes confirmam a projeção histórica do Banco Mundial. Segundo o Escritório de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos, os últimos dados referentes à população empregada e desempregada dos EUA, referentes a outubro de 2020, mostram que o primeiro grupo é constituído por “149.732.000” (Cento e quarenta e nove milhões, setecentos e trinta e dois mil) indivíduos; o segundo grupo por “11.828.000” (onze milhões oitocentos e vinte oito mil) indivíduos, ou seja, 7,9%. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/united-states/labor-force-participation-rate>>. Os 27 países que compõem a União Europeia somavam juntos, ao final de 2019, uma população economicamente ativa de 214.336.000 (duzentos e quatorze milhões, trezentos e trinta e seis mil) indivíduos. Disponível em: Das quais 7,9% estão desempregadas em 2020, ou seja, mais 16.932.000 de indivíduos. (PORDATA, 2020). Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+activa-1944>>. A China possui, atualmente, uma população economicamente estimada em 820.000.000 (oitocentos e vinte milhões) de indivíduos. O desemprego oficialmente registrado é 5,2% dessa população, ou seja, 42.640.000 (quarenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil) indivíduos. No entanto, esses números sobre o desemprego não levam em consideração os 250 milhões de trabalhadores rurais que trabalham sazonalmente na agricultura e nas cidades. Caso esses trabalhadores fossem considerados, esse número poderia chegar a 80.000.000 (oitenta milhões) de indivíduos, conforme afirma o pesquisador Zhang Bin da Academia Chinesa de Ciências Sociais. (HEGAN, 2020, disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/05/09/china-ja-pode-ter-80-milhoes-sem-trabalho-especialista-ve-risco-de-disturbios>>. A Índia também confirma a projeção feita pelo Banco Mundial. Mesmo com um crescimento econômico mais lento que a China e com uma população urbana menor, a Índia possui uma população economicamente ativa estimada em 800.000.000 (oitocentos milhões) de indivíduos. A taxa de desemprego em 2020 atingiu, segundo dados oficiais, 7% dessa população, ou seja, aproximadamente 56.000.000 (cinquenta e seis milhões) de indivíduos. Aqui também os números reais podem ser muitos maiores devido a subestimação do emprego sazonal da sua gigantesca população rural. (Trading Economics [Economia Comercial]: Índia – Taxa de desemprego, 2020). Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/india/unemployment-rate>>.2020

¹⁴ O capitalismo industrial, desde a sua origem no final do século XVIII até os nossos dias, nunca prescindiu do trabalho infantil abaixo dos 15 anos. É isso que demonstra o Relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 2016, segundo o qual “De acordo com dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Fundação Walk Free, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), 152 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil em 2016” (RIBEIRO, 2017).

2025 haverá praticamente uma estagnação do crescimento da força de trabalho nos países ricos (OCDE) e exatamente 99% do crescimento ocorrerá nas chamadas economias de renda baixa e média! (Martins,1999, p. 88-89, grifos nossos).

O argumento segundo o qual houve redução absoluta do número de trabalhadores nos países capitalistas ocidentais economicamente dominantes é destituído de respaldo histórico-concreto. Para expor a real dimensão das afirmações que procuram confundir redução relativa da força de trabalho nos referidos países com absoluta, apresentaremos os dados referentes ao aumento da força de trabalho nas sete principais economias do Ocidente, tendo como base comparativa os números de 1970 a 1993. Mais uma vez a fonte utilizada não é um partido ou associação revolucionária anticapitalista, mas sim a *Internacional Labor Organization* (Organização Internacional do Trabalho). Os números apresentados, que também levam em consideração o percentual da população urbana em relação à população total dos países em questão, são os seguintes:

Tabela 2 – Evolução da força de trabalho mundial – grupo dos sete países ricos: 1970/1993

Grupo de países	Força de trabalho (milhões)			População Urbana (como % da população total)	
	1970	1993	Crescimento anual(%) 1970 - 1993	1970	1993
G7 (grupo dos sete países ricos)					
EUA	87	125	1,6%	74%	76%
Japão	53	63	0,8%	71%	77%
Alemanha	43	42	(-) 0,1%	80%	86%
França	22	26	0,8%	71%	73%
Itália	21	23	0,4%	64%	67%
Inglaterra	26	28	0,4%	89%	89%
Canadá	9	14	2,0%	76%	77%
TotalG-7	261	321	0,9%	-	-

FONTE: Iasi, 2009, p. 168.

A ínfima redução absoluta do proletariado fabril na Alemanha exposta na tabela acima e o seu baixo crescimento nas outras economias de ponta da ordem social capitalista teve consequências para a produção teórica acadêmica pró-sistêmica e pseudo-crítica, inclusive aquela que se propõe herdeira do pensamento marxiano. É disso que trataremos na sequência.

2) Teorizações em Descompasso com a Realidade

As obras dos alemães Clauss Offe e do seu mestre Jürgen Habermas, por exemplo, produzidas na década de 1980 são reveladoras dessa situação e possuem um forte sentido de complementaridade. Sem maiores considerações por aquilo que realmente se passava na divisão capitalista internacional do trabalho, esses dois teóricos hipertrofiaram e generalizaram o caso alemão e o dos países capitalistas centrais do Ocidente como se os mesmos pudessem se auto-explicar e, concomitantemente, servir de protótipos universais explicativamente generalizáveis para todo e qualquer lugar do mundo.

Esse tipo de procedimento teórico equivocado é possível quando não se leva minimamente em conta o desenvolvimento desigual e combinado entre a minoria de países economicamente predominantes e a maioria dos países a eles subordinados na divisão internacional capitalista do trabalho. É isso que está presente de maneira mais explícita em “*Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*” (OFFE, 1994), publicada originalmente por Claus Offe em 1985; e “*Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalidade social*”, (HABERMAS, 2012), publicado em 1981. No caso de Habermas, esse posicionamento é coerente com a sua tomada de posição teórico-política explicitamente pró-capitalista e eurocêntrica, tal como ele mesmo afirmou com todas as letras em entrevista concedida a Peter Dewes e a Perry Anderson em 1986. Nesta entrevista esclarecedora os termos foram os seguintes:

Pergunta: (Dewes e Anderson): } **A tradição da Escola de Frankfurt como um todo concentrou suas análises nas sociedades capitalistas mais avançadas, à custa de qualquer consideração do capitalismo como um sistema global.** Em sua opinião, as concepções do socialismo desenvolvidas no decorrer das lutas antiimperialistas e anticapitalistas no Terceiro Mundo tem algum significado para as tarefas do socialismo democrático no mundo capitalista avançado? Reciprocamente, sua própria análise do capitalismo avançado tem alguma lição para as forças socialistas do Terceiro Mundo?
 Resposta (Habermas): } **Estou tentado a responder ‘não’ para ambos os casos. Tenho consciência de que esta é uma visão eurocêntrica, limitada. Eu preferia não responder a esta pergunta.**” (apud MÉSZÁROS, 2004, p. 79, grifos nossos).

O pior dessa posição obtusa, miseravelmente segmentada e unilateralista, como bem lembra Istvan Mészáros, é que ela é afirmada por um teórico que arroga para si e é respeitado por parcela significativa dos meios acadêmicos pela edificação de uma “**ciência reconstrutiva do pragmatismo universal.**” (apud MÉSZÁROS, 2004, p. 79, grifos nossos). Trata-se de algo espantoso, pois a formulação habermaseana é

apresentada como um projeto de ciência pretensamente universal que, sem maiores explicações, ignora mais de 88% da população mundial. Algo que só se justifica para aqueles que pactuam com a manutenção de todas as formas de exploração do homem pelo homem, inclusive aquelas mais brutais.

O que Habermas, Offe e outros da mesma extirpe deixam passar ao largo é que o pequeno crescimento da força de trabalho nos sete principais países capitalistas no período em questão (mas de maneira alguma redução absoluta, excetuando-se o caso da Alemanha) é mais do que compensado pelo gigantesco crescimento da força de trabalho disponível em outras regiões do mundo, nas quais suas empresas transnacionais produzem direta ou indiretamente as suas mercadorias. Um exemplo cabal disso pode ser constatado por meio da verificação dos países que compõe os sete principais países denominados pela economia oficial como “os sete emergentes”. Os dados a esse respeito são os seguintes:

Tabela 3 – Evolução da Força de Trabalho Mundial – Grupo dos sete países pobres: 1970/1993:

Grupo de países	Força de trabalho (milhões)			População Urbana (como % da população total)	
	1970	1993	Crescimento anual (%) 1970 - 1993	1970	1993
G7 (grupo dos sete países “em desenvolvimento)					
China	335	723	2.6%	17%	29%
Índia	225	341	1.8%	20%	26%
Rússia	55	76	1.04%	63%	75%
Brasil	31.8	59	2.7%	56%	61%
Indonésia	45.9	76	2.2%	17%	33%
México	14.6	33	3.0	59%	74%
África do Sul	8.1	13	2.1%	48%	50%
Total g-7	716	1.321	2.7%	-	-

Fonte: Iasi, 2009, p. 169.

Enfatizamos que o baixo crescimento relativo da força de trabalho nas sete principais economias no período em tela, perfazendo um total de **60 milhões** de trabalhadores (aumento total de 23% de 1993 em relação a 1970), é complementado pelos estratosféricos **600 milhões** de trabalhadores dos “sete pobres emergentes”. Somente na Índia onde o crescimento percentual de 1,8% da força de trabalho disponível para o capital é considerado baixo representante, em termos de números absolutos, impressionantes **116 milhões de trabalhadores**.

Entretanto, uma radiografia mais esclarecedora dessa compensação pode ser feita por meio da especificação mais pormenorizada entre a composição da força de

trabalho dos Estados Unidos e China. A escolha não é arbitrária, uma vez que a complementaridade dessas duas economias é fundamental para a sustentação do capitalismo contemporâneo. O *US Department Of Labor* (Departamento do Trabalho dos Estados Unidos) apresentou os seguintes dados sobre a força de trabalho do país no período de 1950 a 1990:

Tabela 4 – Estados Unidos: Estrutura e Evolução do Emprego no Período Pós-Guerra (1950-1990)(em mil):

Ano	TotalFT	Esfera produtiva (em milhões)				Esfera Improdutiva (em milhões)			Desemprego	
		Total	Agric	Minas Constru. Transp.	Ind.	total	Comér Financ. Serviços	governo	total	% sobre total
1950	62.208	29.60	7.160	7.268	15.24	22.71	16.687	6.026	3.288	5.3%
1960	69.628	29.98	5.458	7.601	16.79	29.38	21.483	8.353	3.852	4.4%
1970	82.715	31.47	3.462	8.663	19.34	42.90	30.348	12.561	4.088	4.9%
1980	104.719	34.17	3.310	10.562	20.30	59.70	43.455	16.249	7.448	7.1%
1990	124.787	33.88	3.186	11.622	19.07	78.72	60.418	18.304	6.874	5.5%

FONTE: Martins, 1999, p. 62.

O que continua em processo na contemporaneidade – e não poderia ser diferente para a produção e reprodução do capital –, é a importância decisiva dos trabalhadores produtivos de capital. O Departamento de Estatísticas Governamentais da China divulgou, em 1998, uma síntese da formação da classe trabalhadora chinesa, comparando os números de 1995 em relação aos de 1980. Lembramos que esse é o período histórico em que na China as relações de produção especificamente capitalistas expandiram-se progressivamente de maneira inaudita, conforme informam Xu e Pasha (2008 p. 1) com os seguintes dados: “Agora {2009}, trinta milhões de empresas privadas respondem por aproximadamente **70%** do total nacional da produção na China, em comparação com **1% em 1978**”. (grifos nossos). A referida pesquisa considerou três grandes áreas de atuação da referida classe, ou seja, agricultura, indústria e outros. Os dados apresentados foram os seguintes:

Tabela 5 – China: emprego da população trabalhadora (milhões de pessoas, em 1980 e 1995):

	1980	% total	1995	% total	Varição % 1995/1980
Agricultura	291,22	68,75	330,18	52,92	13,38
Indústria	67,14	15,85	109,93	17,62	63,73
Outros	65,25	15,40	183,77	29,46	181,64
Total	423,61	100,00	623,88	100,00	47,28

FONTE: China: Departamento de Estatísticas Governamentais.

Esses dados mostram tanto a importância quantitativa e qualitativa dos operários industriais em âmbito mundial quanto à falácia das teorias academicistas e jornalísticas que procuram descaracterizar essa importância. Mesmo não sendo estes os únicos trabalhadores produtivos de capital, conforme o exposto, minimizar a sua importância é se por de costas para a realidade objetiva mundial e negligenciá-la peremptoriamente. Daí a pertinência da síntese crítica contundente de Martins (2002), segundo a qual:

Em 1980, existiam 67 milhões de chineses trabalhando nas fábricas. Em 1995, já existiam mais de 110 milhões. Um aumento de 43 milhões de trabalhadores industriais em 15 anos. Só esse acréscimo corresponde ao dobro dos operários empregados nos Estados Unidos. Frente a esses números, não se pode deixar de pensar naqueles ideólogos da “era do conhecimento”, do “pós-fordismo”, da “financeirização”, do “fim do trabalho” e outras bobagens muito em voga nos círculos acadêmicos e jornalísticos, que procuram demonstrar que a exploração no chão da fábrica deixou de ser importante para a vida do capital. (Martins, 2002, p. 137 - 138, grifos nossos).

Em sentido complementar a esse respeito, não é possível esquecermos as análises teóricas pretensamente visionárias de Hannah Arendt, autora referencial do conservantismo acadêmico liberal-democrático pró-imperialista no século XX. No seu clássico “*A condição humana*”, de 1958, “presenteou” a humanidade como uma das predições mais equivocadas que se têm notícias sobre os desígnios da organização social do trabalho capitalista frente à automação dos setores produtivos. Ali afirmou que:

O advento da automação, dentro de algumas décadas esvaziará as fábricas e libertará a humanidade de seu fardo mais antigo e mais natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade. (ARENDR, 2000, p. 12, grifos nossos).

Nada mal para quem, sete anos antes, em “*As origens do totalitarismo* (ARENDR,1989), havia tratado em termos arbitrários nazismo, fascismo e comunismo (tendo como base de análise a sociedade soviética dos anos de 1930 e 1940) como

organizações políticas e econômicas similares. Não por acaso, essas duas obras, que reúnem um dos mais complexos conjuntos de falsificações teóricas sobre a ordem social do capital no século XIX e na primeira metade do século XX, estão entre as mais referenciadas e reverenciadas no meio acadêmico conservador e/ou reacionário, bem como nos meios de comunicações empresariais de alcance mundial. Elas têm um papel a cumprir para o conservadorismo e mesmo para o reacionarismo (basta lembrar do Estado de Israel dominado pelos Sionistas), mas não para explicar as raízes e o desenvolvimento da ordem do capital e as suas consequências para a humanidade, inclusive naquilo que diz respeito à aplicação tecnológica da ciência subordinado aos imperativos sociais de produção e valorização do capital.

Jean Lojkine, é outro teórico que, mesmo com pretensões críticas a alguns aspectos do capitalismo, mistifica a aplicação tecnológica da ciência nesta sociedade e perde o fundamental da relação entre essa aplicação e a lei do valor trabalho. É isso que está expresso no conjunto da sua argumentação histórica sobre a posição secundária dos “trabalhadores tradicionais”, resultante da “Sociedade Informacional”. A mistificação a respeito das tecnologias de base microeletrônicas aplicadas à produção capitalista salta aos olhos, pois (LOJKINE, 1995) atribui a elas uma dimensão social transformadora que intrinsecamente não possuem. Tais tecnologias, como quaisquer outras aplicadas historicamente à produção capitalista, só serão postas em funcionamento caso se mostrarem mais produtivas do que os trabalhadores que elas substituirão. A esse respeito recuperamos algumas passagens esclarecedoras de Marx no Capítulo “*Maquinaria e Indústria Moderna*”, do Livro I de “*O Capital*”. Ali abordou o motivo principal para a aplicação tecnológica da ciência por meio da maquinaria nos processos de trabalho da seguinte maneira:

[...] Esse emprego {da maquinaria}, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. **A maquinaria é meio de produzir mais-valia.** (424)

[...] Como qualquer outro elemento do capital constante, **as máquinas não criam valor, mas transferem seu próprio valor** ao produto para cuja feita contribuem.

Enquanto o custo de trabalho da máquina e conseqüentemente o valor por ela transferido ao produto for menor que o valor que o trabalhador adiciona ao objeto de trabalho, com sua ferramenta, haverá sempre uma diferença de trabalho economizado a for da máquina. [...] **A produtividade da máquina mede-se, por isso, pela proporção em que ela substitui força de trabalho do homem.** [...]. (MARX, 1994, v. 1, t. 1, p. 424, 441, 445, **grifos nossos**).

A produção capitalista, devido à concorrência intracapitalista e à pressão da luta de classes exercida pelos trabalhadores, vem sendo marcada por constantes revoluções tecnológicas, seja por meio daquelas de controle manual, mecânico, cibernético, informacional ou híbrido. Isso só é feito, em regra, respeitando a lei do valor o que, neste caso, significa dar vazão ininterrupta a acumulação ampliada de capital enfrentando outros capitais que tem esse mesmo objetivo fundamental. As personificações do capital não podem fazer uso de uma determinada tecnologia simplesmente por fruição estética ou qualquer outra prioridade subjetiva, caso o façam, a concorrência tratará de bani-los da arena do mercado. O que ocorre com as tecnologias de informação com base na microeletrônica aplicadas à produção é que elas, como qualquer outra tecnologia que visa aumentar a produtividade do trabalho, aumentam a composição orgânica do capital, ou seja, os meios de produção aumentam de maneira absoluta ou relativa frente ao capital variável (a força de trabalho).

Entretanto, muito da pleora desses equívocos foi assimilada pela produção teórica que se propõe legatária do construto teórico marxiano, inclusive da sua crítica da economia burguesa. O caso que indicamos anteriormente e que trataremos abaixo é o do brasileiro José Chasin.

Quando estamos diante de circunstâncias históricas com essas dimensões econômicas, políticas e teóricas mundialmente decisivas, cabe perguntar: de quais condições histórico-concretas nacionais, regionais e mundiais um teórico como Chasin (2000, p. 68) extrai a equivocada e incisiva afirmação segundo a qual “O proletariado hoje se encontra: em processo de redução numérica; superado como agente tecnológico de ponta”? O nosso questionamento não decorre, como sugere ironicamente o autor, da busca de uma redenção advinda da “miséria cristã” por meio desse segmento decisivo da classe trabalhadora moderna, mas sim pela sua permanência e ampliação histórica, tal como a realidade demonstra.

O que realmente preocupa são as consequências teóricas desse tipo de equívoco para o âmbito estratégico político revolucionário, vindo de um autor que se coloca como legatário do pensamento marxiano. Para ficarmos apenas com críticas pontuais¹⁵ daquilo que foi citado (mas de suma importância para a compreensão da sociedade capitalista), é,

¹⁵ Caberia um desenvolvimento crítico mais amplo e aprofundado sobre as afirmações de Chasin e as suas possíveis consequências político-estratégicas. Infelizmente, devido as características deste texto e aos seus limites quantitativos, não podemos desenvolvê-las aqui.

primeiramente, visceral a incompreensão do autor sobre aquilo que constitui a forma do modo de ser do conjunto da classe trabalhadora e do proletariado na sociedade capitalista. A prioridade explicativa atribuída por Chasin (2000, p. 69) ao proletariado por meio da sua função técnica como o “trabalhador que opera por meio das forças produtivas de ponta”, não se sustenta à luz da história da organização capitalista do trabalho e muito menos da lei social do valor que a condiciona. Trata-se, portanto, nos dois casos, de algo estranho ao processo de produção e reprodução do capital e à compreensão marxiana dele.

Sob o domínio da indústria moderna, a composição do conjunto de trabalhadores sempre foi feita por uma minoria com alto grau de qualificação e a maioria cujas funções exigem o mínimo de formação. Marx tratou desse conjunto nos seguintes termos:

[...] Ao lado dessas classes principais {Marx refere-se à maioria trabalhadores com baixa qualificação}, **surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa do conjunto do controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc.** É uma classe mais elevada de trabalhadores, **em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles [...].** (MARX, 1988, v. 1, t. 2, p. 40, **grifos nossos**).

O desenvolvimento do capitalismo, do início do século XX até os nossos dias, reafirmou essa característica na organização do trabalho na maioria dos setores da economia capitalista, independentemente das tecnologias utilizadas. É isso, por exemplo, que revela a grandiosa pesquisa de Harry Braverman, apresentada no seu clássico *“Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX”*, publicado originalmente em 1974. (BRAVERMAN, 1981). O pesquisador e militante estadunidense estudou os principais setores da economia dos Estados Unidos, tanto produtivos quanto improdutivos de capitais, no período de 1900 a 1970, demonstrando que neles a maioria das funções exercidas pelos trabalhadores são simplificadas, destituídas de maior sentido e degradantes para aqueles que a realizam. A mesma perspectiva foi apresentada pelos pesquisadores que estudaram de maneira mais pormenorizada e recente a implantação de tecnologia de base microeletrônica à produção capitalista. Em âmbito mundial esses são os casos, por exemplo, de: *“Toyota, l’usine du désespoir : journal d’un ouvrier saisonnier”* [Toyota, a Fábrica do Desespero: diário de um trabalhador sazonal] (KAMATA, 1976); *“Japão: a outra face do milagre”* (KAMATA, 1985); *“Impactos Sociais da Automação: O Caso do Japão”* (RATTNER, 1988); *“Produção Enxuta: mito e realidade”* (UNTERWERGER, 1992); *“Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva”* (KATZ, BRAGA, COGGIOLA,

1995); “*Nova Divisão Sexual do Trabalho?*” (HIRATA,2002); “*Trabajar en cualquier momento y en cualquier lugar: consecuencias en el ámbito laboral*”. {*Trabalhar em qualquer momento e em qualquer lugar: consequências no local de trabalho*}. (OIT, 2019). No Brasil, destacamos: “*Tecnologia e Trabalho Industrial*” (CARVALHO, 1987); “*Automação e Trabalho na Indústria Automobilística*” (PELIANO [org.], 1987); “*Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*” (OLIVEIRA, 2004); “*Trabalho Duro, Discurso Flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores*” (BERNARDO, 2009); “*Capital e Educação Escolar na Obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos*” (LAZARINI, 2015, p. 232-335).

Os trabalhadores que operam com “forças produtivas de ponta” em um dado momento histórico, pois eles sempre existiram na história do capitalismo industrial (e o nosso momento não é diferente), caso façam parte do trabalhador coletivo combinado de qualquer forma de produção especificamente capitalista ou de produção capitalista sob o controle do estado¹⁶ são proletários porque contribuem na produção de valor e de mais-valia. Isso independe das características específicas das funções que realizam, dos produtos ou serviços nos quais participe na produção e do grau de formação científica e tecnológica necessário para exercer suas funções. As considerações de Marx sobre os integrantes do trabalhador coletivo combinado da indústria moderna são claras a esse respeito. Ele chama de “intenção de engodo estatístico” retirar, por exemplo, os engenheiros dos quadros que formam o agrupamento total dos referidos trabalhadores. Em uma polêmica aberta com os dados estatístico apresentados pela Legislação Fabril inglesa, colocando-se favoravelmente à definição do Parlamento, afirmou:

É característico da intenção de **engodo estatístico**, que, aliás, poderia ser ainda detalhadamente comprovada em outros casos, quando **a legislação inglesa exclui expressamente de seu âmbito de aplicação os trabalhadores aventados por último no texto** (engenheiros, mecânicos, marceneiros, etc.) como **não-operários fabris**, enquanto, por outro lado, os *Retums* publicados pelo Parlamento incluem **tão expressamente não só engenheiros, mecânicos etc., mas também dirigentes de fábrica, vendedores, mensageiros, supervisores de estoques, empacotadores etc., em suma, todas as pessoas exceto o próprio proprietário da fábrica, na categoria de operários fabris.**

¹⁶ A respeito de o Estado atuar economicamente como capitalista industrial, no Livro Segundo de “*O Capital*”, ao abordar o “*Ciclo do Capital-Mercadoria*”, onde apresenta a síntese do que é o capital social da sociedade e no que consiste o seu movimento global, Marx escreveu: “[...] O capital social = soma dos capitais individuais (inclusive os capitais das sociedades por ações e **os do Estado, nos casos em que o governo funciona como capitalista industrial, empregando trabalho assalariado produtivo em minas, ferrovias, etc.**), e o movimento global do capital social = soma algébrica dos movimentos dos capitais individuais. [...]”. (MARX, 1991a, p.99, grifos nossos).

[...] **Essa divisão de trabalho é puramente técnica.** (1988b, v. 1, t. 2, p. 40, **grifos nossos**).

Outro problema grave é que as afirmações/teses incisivas do teórico brasileiro não se respaldam em elementos histórico-concretos comprobatórios sobre o afirmado. Postura essa que contraria pela raiz o materialismo histórico e a sua crítica marxiana da economia política.

3) A marcha sempre contraditória do capital: desigualdades nacionais e exploração mundialmente ampliada

Em sentido oposto a essas postulações equivocadas pela raiz, venham elas do matiz que vierem, a expansão do proletariado (trabalhadores que produzem e valorizam capitais) e do conjunto da classe trabalhadora se deu sob a forma predominante de produção direta das empresas capitalistas dos países ocidentais ou na forma de parceria entre as empresas privadas chinesas com aquelas. No caso chinês, o baixo preço da sua força de trabalho em comparação àquelas dos países ocidentais economicamente predominantes, possibilitou que a produção dessas empresas inundasse o mercado mundial. A destruição de grande parte da economia camponesa doméstica na China, bem como dos milhares de empresas estatais rurais e urbanas e a sua substituição pela implantação da economia especificamente capitalista não significou o caminho do oásis para a maioria da população chinesa, tal como se propagou e ainda se propaga cotidianamente uma parte da grande mídia ocidental e os seus ideólogos acadêmicos e de setores diversos (que defendem interesses econômicos estabelecidos naquele país) nas últimas quatro décadas.

Também não se trata de demonizar a sociedade chinesa com o faz, por exemplo, uma parte da extrema direita dos EUA cujos negócios chineses e associados lhes prejudicam direta e indiretamente. Trata-se de analisar, com o máximo de objetividade possível, alguns elementos do processo particular de desenvolvimento das relações especificamente capitalistas na China com elementos histórico-concretos confiáveis. Por isso, é preciso considerar que ao lado de uma pequena parcela de novos ricos emergida nos anos de 1990, inclusive muitos deles pertencentes aos quadros do Partido Comunista Chinês, surgiu uma gigantesca massa de trabalhadores pagos com baixos salários e um exército industrial de reserva formado por milhões de pessoas que corrobora

decisivamente para pressionar os salários dos trabalhadores em atividade, mesmo com o gigantesco aumento geral da produção e da produtividade do trabalho no país nas últimas décadas¹⁷.

É necessário dizer que de 2005 aos nossos dias o salário mínimo mais do que dobrou na China. Saiu do patamar de U\$ 1,50 por hora trabalho para alcançar U\$ 3,60 por hora trabalho ao final de 2019. Mesmo não havendo uma padronização total para o conjunto do país, a média salarial mínima atual está em torno de U\$ 3,60 por hora trabalho. Considerando que jornada legal de trabalho é de 40 horas semanais, o salário mínimo mensal chinês é de U\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis dólares). Nos EUA, o salário mínimo estabelece U\$ 7,40 por hora trabalho. Tendo em vista a jornada legal de 40 horas semanais, o salário mensal é de U\$ 1.256,70 (Hum mil duzentos e cinquenta e seis dólares e setenta centavos)¹⁸. A alta no salário mínimo chinês foi e continua sendo um dos principais motivos que levou muitas empresas transnacionais do Ocidente, a partir da segunda metade dos anos de 2000, a direcionar as suas filiais para outros países como, por exemplo, o Vietnã, conforme veremos a seguir. Em muitos casos, especialmente a partir de 2010, empresas transnacionais estadunidenses retornaram a totalidade ou parte da sua produção para o seu território devido a alta dos salários provocadas pelas pressões organizativas dos trabalhadores dos países asiáticos, rebaixando, em regra, suas taxas de mais-valia e, por decorrência, as suas taxas de lucro.

Ademais, o salário mínimo está estagnado nos EUA na quantia U\$ 1.256,70 desde 2010. A estagnação do salário mínimo repercute no mesmo sentido para a maioria

¹⁷ Duas observações indicativas importantes se fazem necessárias a esse respeito. A primeira é que não estamos advogando a tese da “superexploração da força de trabalho” na China, México ou em qualquer outro país, ou seja, que a maioria dos trabalhadores tenha sido ou seja paga sempre abaixo do seu valor. Isso não tem respaldo na lei do valor e na teoria marxiana do valor que a explica, pois, se assim fosse, a força de trabalho desses países teria em grande parte perecido nas últimas décadas. Uma análise crítica importante sobre a tese da “superexploração do trabalho” é a de: (TUMOLO, 2017). Este autor estabelece um diálogo crítico com o teórico brasileiro formulador da “teoria da superexploração”, Rui Mauro Marini (1932-1997). A segunda observação é que não estamos assimilando a tese segundo a qual o que impera majoritariamente na China é a mais-valia absoluta. Uma crítica muito oportuna a essa tese foi feita pelo grupo francês (GOODFELLOW, 2014). Posto isso, indicamos que, segundo a nossa compreensão, na China, no México e Brasil, por exemplo, existe a exploração de mais-valia absoluta, de mais-valia relativa ou a combinação de ambas. O que precisa ser analisado com dados estatísticos precisos e com as devidas informações sobre as condições de trabalho desses países é, em última e decisiva instância, o grau de exploração das suas respectivas forças de trabalho. Não temos condições de fazer essa análise no presente texto.

¹⁸ Ver a esse respeito: (SANTOS,2019)

da classe trabalhadora do país¹⁹. Soma-se a esse fator, outro de suma importância: a gigantesca força de trabalho dos imigrantes ilegais naquele país, especialmente dos latinos, cujos salários são, em regra, menos da metade daqueles dos estadunidenses, conforme demonstrou o estudo realizado pela *Southern California University* (Universidade do Sul da Califórnia), referente ao período entre 2009 a 2011.(CALIXTO, 2013).

Cumprido dizer que os operários industriais e os demais trabalhadores estadunidenses também não tem o que comemorar a respeito das diferenças salariais entre os países, pois a presente integração econômica capitalista com a China, bem como com outros países, além do seu próprio exército industrial de reserva, pressionam os seus salários para baixo. Exemplar a esse respeito é o que ocorre na indústria automobilística. Neste setor, mesmo depois das doações bilionárias do governo dos EUA para as empresas em 2008/2009, que chegaram na casa dos U\$ 80 bilhões de dólares, a General Motors e a Ford desativaram montadoras nos EUA e instalar novas montadoras no México para reduzir seus custos. O motivo principal aparece com todas as letras na matéria recente de Thomas Black, da Agência capitalista *Bloomberg*, ao expor a diferença salarial entre os trabalhadores das referidas empresas nos dois países em questão:

Os trabalhadores da GM no México ganham salários e benefícios de **340 Pesos** por dia (**26,40 dólares**), em média, menos de **4 dólares por hora**, disse Tereso Medina, chefe do sindicato para 5.000 da GM trabalhadores em Saltillo, cidade que faz um em cada quatro carros do México. **Os trabalhadores da Ford nos EUA ganham cerca de 55 dólares por hora, com benefícios, em comparação com 50 dólares dos trabalhadores da Toyota nos EUA.** (BLACK, 2010, p. 1, **grifos nossos**).

Frente a essa situação, as enfraquecidas e cooptadas organizações dos trabalhadores nos Estados Unidos e Canadá cedem e fazem concessões cada vez mais alargadas ao capital. É isso que informa Thomas Black, na sequência da sua matéria, ao afirmar que:

Os sindicatos nos EUA e no Canadá fizeram concessões para rebaixar os salários das fábricas antigas para os níveis das fábricas das japonesas Toyota e Honda instaladas nos EUA. Ron Gettelfinger, presidente em fim de mandato do sindicato *United Auto Workers* [União dos Trabalhadores da Indústria de Automóveis], **assinou acordo para permitir a diminuição dos salários em novas contratações.** (BLACK, 2010, p. 2, **grifos nossos**).

¹⁹ Sobre essa estagnação, ver: (ESTADOS UNIDOS: Salário mínimo nacional, 2020).

No entanto, essas concessões não garantem sequer a manutenção dos empregos com salários arrojados aos trabalhadores da indústria automobilística estadunidense e canadense. A esse respeito, a matéria supracitada explicita o inalterável modo de ser do capital na sua busca incessante por reprodução ampliada:

Mesmo com as concessões dos sindicatos dos Estados Unidos e Canadá, o México continua sendo atraente, disse Medina.

No mês passado, a Ford reabriu uma fábrica de montagem em Cuautitlan [México] para construir carros Fiesta. A fábrica vai gerar 2.000 empregos e faz parte de US \$ 3 bilhões em investimentos anunciados desde 2008. **Nos EUA, a Ford fechou quatro fábricas de montagem desde 2006 e os planos para fechar mais quatro unidades até o final de 2011.** (BLACK, 2010, p. 2, **grifos nossos**).

Acrescenta-se a esse quadro de pressão salarial exercida por trabalhadores de países e regiões onde a força de trabalho é mais barata, à pressão do exército industrial de reserva que não é apenas local, mas sim de milhões de trabalhadores que se encontram mundialmente à disposição do capital. A propósito, vale citar o prosaico exemplo do maior exército industrial de reserva do mundo, o chinês. Esse exército expressa bem o real significado da “estabilidade” do desemprego na China, que tem permanecido nos últimos 10 anos, em média, na casa dos 4% a 6% da população economicamente ativa do país. Esses índices são comemorados e vangloriados pelos apologistas da associação entre ao “socialismo de mercado” da China e o “livre mercado global”, como um dos símbolos da “estabilidade mundial” e das “conquistas chinesas”.

Mesmo considerando que o percentual supra divulgado pelo governo chinês fosse verdadeiro, os desempregados oficialmente considerados da China formariam, em 2006, um contingente de aproximadamente **40 milhões de trabalhadores**. Isso porque os dados estatísticos mais moderados situados no campo pró-capitalista afirmam que, naquele ano, havia uma população economicamente ativa de 784 milhões de pessoas. (XU; PASHA, 2008).

A partir destes dados é possível constatar comparativamente que o contingente de desempregados oficialmente admitido na China na data em questão é maior do que a soma dos trabalhadores na agricultura, indústria, construção civil e mineração dos Estados Unidos. É isso que nos Departamento de Trabalho dos EUA e a Agência de Análises Econômicas²⁰ do Departamento de Comércio deste país – tendo como data de

²⁰ A Sigla em inglês é BEA (*Bureau of Economic Analysis*)

referência o ano de 2009. Ali apresentam-se os seguintes números: agricultura (incluindo pesca e silvicultura): 4.953.000 trabalhadores; indústria: 19.812.000 trabalhadores; construção civil: 8.255.000 trabalhadores; mineração: 1.651.000 trabalhadores. A soma desses setores fundamentais (que não são necessariamente os únicos produtivos de capital) da economia estadunidense totaliza: **34.671.000 (trinta e quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil)** trabalhadores. (ECONOMIA DOS ESTADOS UNIDOS, 2010).

Entretanto, segundo fontes diversas, situadas em campos políticos opostos, os números oficiais do desemprego chinês são completamente falsos, uma vez que os trabalhadores que migram de regiões rurais do país para as cidades nos centros industriais e comerciais não são computados e não entram em qualquer programa de proteção governamental. É isso que informava, por exemplo, há mais de uma década (quando a China ainda era aclamada como a “bola da vez” para os investimentos capitalistas) a insuspeita revista do capital, a *The Economist* de Londres, ao afirmar que: “Com o nível de desemprego talvez **dez vezes acima do índice oficial de 3%**, a situação seria muito pior sem uma crescente economia clandestina e uma economia privada em pequena escala que se expande nas fissuras do setor estatal.” (THE ECONOMIST, 19/03/98 apud MARTINS, 1999, p. 138, **grifos nossos**). Esses dados estavam em consonância com aqueles apresentados pelo jornal francês anticapitalista, o *Le Monde Diplomatique* que, em março de 1997, apresentou os seguintes dados sobre o desemprego na China:

“Se a China criou numerosos empregos, ela também perdeu muitos. Assim, a mão-de-obra excedentária no campo oscila entre **100 a 150 milhões de pessoas**. Nas cidades, existem 30 a 40 milhões de pessoas que estão no desemprego, completo ou parcial. Sem contar é claro, as multidões de jovens que se preparam para entrar no mercado de trabalho.” (LE MONDE DIPLOMATIQUE apud MARTINS, 1999, p. 138, **grifos nossos**).

O desemprego gigantesco na China, bem como as farsas oficiais sobre ele seguiram historicamente em frente. É isso que informou, em novembro de 2008, a correspondente da *Agência BBC* de Hong Kong para o Brasil:

O número de desempregados na China chegou a 4% da população economicamente ativa nos dez primeiros meses deste ano, chegando a um nível considerado “crítico” pelo ministro de Recursos Humanos e Estabilidade Social, Yin Weimin. O número absoluto de desempregados é provavelmente maior, **pois trabalhadores imigrantes não foram computados na estatística, embora representem mais de 200 milhões na força produtiva do país.** (WENTZEL, p. 1, 2008b, **grifos nossos**)

Para fins comparativos entre China e EUA, no final de 2009, O *US Department Of Labor* (Departamento de trabalho dos Estados Unidos) informou que o contingente de indivíduos empregados no país, formado por pessoas acima dos 16 anos de idade, era de 153.544.000 (cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil pessoas), entre as quais 15.406.000 (quinze milhões e quatrocentas e seis mil) estavam desempregadas²¹.

Portanto, as explicações rasteiras do senso comum segundo as quais a forte concorrência chinesa no mercado mundial se daria pela falta de qualidade dos seus produtos e pelo trabalho escravo da maioria da sua população, não passam de falsificações ideológicas de baixo nível. Falácias essas largamente utilizadas por segmentos da mídia que organizam e divulgam informações para grandes massas populacionais do Ocidente, bem como por reacionários do meio político e acadêmico situados no espectro político da extrema direita ou vinculados a ele..

Formulações falaciosas dessa estirpe buscam esconder o real significado da atual globalização para a maioria da classe trabalhadora e para muitos setores da pequena burguesia que também são afetados negativamente por ela. Ocorre que, tal como em qualquer lugar onde a produção capitalista tenha se instaurado, as indústrias chinesas operam com a produção de valor, ou seja, tempo social médio necessário para produção das mercadorias. Assim, algumas incorporam mais ou menos trabalho do que outras na sua cadeia produtiva geral, produzindo suas mercadorias acima ou abaixo do valor. Isso é que possibilita, em regra, a sua venda por preços diferenciados para mais ou para menos²².

O que realmente diferencia mundialmente a produção chinesa em relação àquela dos Estados Unidos e dos principais países capitalistas é o seu capital variável, ou seja, a sua gigantesca força de trabalho à disposição do capital comparativamente barata em relação àquelas dos países capitalistas de ponta e, também, de alguns países de segundo escalão da produção mundial como o Brasil. Isso porque o capital constante utilizado para a produção das mercadorias na China é o mesmo que nos Estados Unidos e em outros

²¹ Esses dados foram extraídos de: HIPPLE, Steven. **O mercado de trabalho em 2009**: a recessão arrastase. 2010. Disponível em: <<http://www.bls.gov/opub/mlr/2010/03/art1full>>. Acesso em 15/05/2013.

²² Reiterando que o valor de um determinado produto (mercadoria) se mede pelo quantum de trabalho socialmente necessário nele objetivado. Esse quantum incorpora desde a transferência do valor dos meios de produção utilizados para produzi-los: as matérias-primas básicas necessárias, os processos de produção intermediários e o seu acabamento derradeiro.

países sede com indústrias instalada em território chinês ou em qualquer outro país onde essas indústrias estejam instaladas. Assim,

As condições tecnológicas do processo de trabalho (maquinário, matérias primas, insumos, novos materiais, etc) são as mesmas nos dois países. Isso quer dizer, em termos de valorização, que a qualidade do *capital constante* das empresas dos EUA instaladas na China **é a mesma que elas empregam nos EUA. A qualidade dos materiais do processo produtivo não muda.**

O que muda é o *capital variável*, quer dizer, **o valor da força de trabalho dos operários industriais**, que consomem idêntico *capital constante* no processo de produção global de capital (valor e mais-valor). Os componentes do *capital variável são quantitativamente muito diferentes. O que muda é quantidade de força de trabalho empregada nas duas economias nacionais.* (MARTINS, 2006, p. 2, *itálicos do autor e grifos nossos*).

Caso contrário, seria imaginar, tal como procede o senso comum acima mencionado, que as principais empresas transnacionais devidamente instaladas na China como, por exemplo, a Microsoft, Dell, Nike, General Motors, Apple, IBM, etc., produzissem ali somente quinquilharias de baixa qualidade em relação àquelas produzidas no país sede ou em outros de economia de ponta. Outro aspecto fundamental dessa mesma questão, é que milhares de empresas chinesas que operam com tecnologia rudimentar ou sob a forma manufatureira, produzindo produtos e acessório de maneira terceirizada para as transnacionais, têm seus produtos examinados pelo controle de qualidade dessas empresas compradoras. A gigantesca massa de mais-valia absoluta e mais-valia relativa extraída dos trabalhadores chineses que labutam nas empresas do país, inclusive nas terceirizadas situadas nas chamadas Zonas Econômicas Especiais²³ é fundamental para manter o precário explosivo equilíbrio do desenvolvimento desigual e combinado entre o capital instalado na China e o capital dos países centrais do Ocidente (especialmente dos Estados Unidos). Vale lembrar que, em regra, parte significativa das mercadorias industriais produzidas em território chinês por empresas transnacionais e por suas associadas locais, é vendida no país sede da transnacional e em outros fora da China,

²³ Uma excelente pesquisa *in loco* sobre essas Zonas (não só na China, como em outros países) pode ser encontrada em Klein (2008), especialmente no seu Capítulo 9 intitulado “*A fábrica descartada: a produção degradada na Era das Supermercados*”. Além de ter estado presente a algumas dessas Zonas, a referida autora oferece um rico quadro de dados empíricos sobre as extenuantes jornadas de trabalho ali vigentes, os seus baixíssimos salários, a insalubridade horrenda nas condições de trabalho de milhares de trabalhadores e as relações de pressão absoluta das grandes transnacionais contratadoras (como, por exemplo, Wall Mart, Nike, Reebok, Adidas, The Gap, IBM, GM, Sara Lee, Levi Strauss, etc.) para com as empresas locais subcontratadas e, por conseguinte, destas para com os seus trabalhadores. A autora, que jamais enunciou pretensões de ser marxista ou defensora da revolução socialista, não deixou de acentuar a importantíssima cumplicidade repressiva dos Estados dos países onde essas zonas existam contra quaisquer mobilizações dos trabalhadores no sentido de confrontar as referidas condições de trabalho.

estabelecendo aquilo que se chama de “cadeia global” de produção e consumo. Essa relação é exemplar para esclarecer a complementaridade entre as duas economias em questão, visto que:

[...] Os produtos das empresas americanas – ou chinesas – fabricados a baixos preços de mercado na China, inundam o mercado interno dos EUA e são responsáveis por **30% do seu gigantesco déficit comercial de U\$ 700 bilhões anuais. Déficit da economia dos EUA, mas superávit das empresas dos EUA instaladas na China.** (MARTINS, 2006, p. 2, grifos nossos).

Mas a China não é o limite para o processo de reprodução ampliada do capital. As *personas* do capital, premidas pela luta de classes e pela concorrência intracapitalista, precisam aprofundar as condições de exploração existente buscar novas e mais vantajosas para levar aquele processo sempre à frente. É isso que informa Mônica Wentzel, correspondente da *Agência BBC* de Hong Kong para o Brasil, num texto esclarecedor:

A China está perdendo competitividade no setor industrial, sugere uma pesquisa divulgada nesta terça-feira pela Câmara de Comércio Americana (*Amcham*) de Xangai. O levantamento *China Manufacturing Competitiveness* sondou 66 empresas internacionais com operações na China e foi realizado no final de 2007. Os dados indicam que 54% dos entrevistados avaliam que a China está perdendo competitividade para outras economias emergentes. De acordo com o estudo, uma das causas para a queda da competitividade chinesa no setor industrial é o crescente aumento dos custos de produção, que estão levando as empresas a mudar suas fábricas para países como o Vietnã e a Índia. [...]. **Os operários das empresas pesquisadas tiveram um aumento salarial médio de 10,3% por ano, enquanto os funcionários de nível administrativo tiveram aumento de 9,1%.** [...] Segundo a pesquisa, **88% dos entrevistados afirmaram ter investido inicialmente na China por causa dos baixos custos de produção, mas avaliam que atualmente a mão-de-obra barata e os incentivos fiscais de outros países da Ásia são mais atrativos.** Desses 88%, a maioria (63%) apontou o Vietnã como primeiro destino no caso de uma mudança. A Índia ficou em segundo lugar, com 37% das preferências. (WENTZEL, 2008a, p. 1, grifos nossos).

4) As contradições do capital seguem o seu curso de produção e reprodução ampliada

Não por acaso, as contradições imanentes à ordem social do capital se repetem sob patamares superiores às anteriores. Assim, como decorrência do acirramento da luta de parte da classe trabalhadora chinesa por melhores salários e condições de trabalho no início deste século, diversas empresas transnacionais buscaram alternativas mais rentáveis para os seus capitais em outros países como, por exemplo, o Vietnã. Quais os motivos principais dessa debandada do capital? Os salários naquele país são ainda

menores do que baixos salários chineses e os subsídios governamentais para instalação de empresas estrangeiras também são abundantes²⁴.

É importante enfatizar, mais uma vez, que as explicitações a respeito desse movimento expansivo em busca de melhores condições de produção e valorização do capital são feitas pelos capitalistas por meio dos seus aparelhos midiáticos mais restritos. Exemplificação esclarecedora a esse respeito foi dada pelo colunista indiano Andy Mukherjee, da *Bloomberg News*, ao citar o capitalista brasileiro James Koh, diretor proprietário das empresas Koda Ltda., sobre os reais motivos que o levaram a instalar suas empresas produtoras de mesas e cadeiras no Vietnã. Segundo os termos indisfarçados do referido capitalista:

“O custo do trabalho no Vietnã é a metade do que na China, enquanto a produtividade dos operários é aproximadamente a mesma.

A partir do próximo ano, o governo vai aumentar o salário obrigatório em 13% para financiar empresas estrangeiras em Ho Chi Min e Hanói, a capital nacional. O aumento elevará o salário para 1.000 dong vietnamitas, ou seja, \$ **62,00, um nível que ainda é acessível.**” (apud MUKHERJEE, 2007, p. 1, grifos nossos).

Os termos acima evidenciam o verdadeiro espírito do capital, expressos cabalmente por uma das suas *personas*. Trata-se de um genuíno comprador de capital constante (os meios de produção) e do capital variável (a força de trabalho). Esta que os põem em funcionamento sob a forma especificamente capitalista de produção.

No caso do senhor James Koh, são considerações de um capitalista que tem que obedecer fielmente aos ditames das leis inerentes à forma social do capital para, junto com seus pares de classe e com o amparo imprescindível da força econômica, política e militar do poderoso braço estatal, definir imediata e mediatamente os rumos da presente ordem social. Este senhor é um burguês cuja produção sob o seu domínio, executada pelos trabalhadores das suas propriedades privadas industriais da China, Malásia, Singapura e do Vietnã, é vendida no mercado no mercado mundial. A título de exemplo, neste caso, vale citar que um dos clientes das suas indústrias é a Williams-Sonoma, a poderosa rede de lojas estadunidense especializada em utensílios e móveis de cozinha, cuja clientela preferencial é formada principalmente por compradores de médio e alto poder aquisitivo

²⁴ Os subsídios, por exemplo, em infraestrutura para instalações prediais, pavimentos de acesso, rede elétrica e de saneamento, significam, para o empreendimento capitalista, economia de gastos com os meios de produção. A isenção de impostos por determinado período significa que o Estado local abrirá mão de receber dos capitalistas subsidiados parte da mais-valia que eles extrairão dos trabalhadores. Estes, em regra, pertencem não ao país de origem do empreendimento, mas sim de onde ele está sendo instalado.

dos Estados Unidos e Canadá. Uma pesquisa de dados pessoais sobre esses consumidores, provavelmente não teria dificuldade em encontrar, entre eles, alguns acadêmicos cuja produção teórica versa primordialmente sobre a afirmação da “era pós-industrial”, do “fim do trabalho” e de outras ridicularias do gênero.

Na mesma trilha do capitalista supracitado, Robert Dexter, editor estadunidense da *Business Week* para assuntos econômicos na Ásia, detalhou, em março de 2008, de maneira pormenorizada e apologética a dimensão dessa redução de custos para o capital, inclusive citando outros capitalistas envolvidos na nova empreitada. Os termos são os seguintes:

As maiores companhias multinacionais também podem estar repensando sua situação. Um relatório da Câmara Americana de Comércio em Xangai detectou que mais de metade dos fabricantes estrangeiros na China acredita que o **país (sic!) está perdendo sua vantagem competitiva em relação a países como o Vietnã e a Índia**. Quase 20% das empresas pesquisadas analisam as possibilidades de deixar a China. **“O que há de notável nisso é que a globalização é pra valer – e a China não é mais a mesma”**, diz Ronald Haddock, vice-presidente na consultoria Booz Allen Hamilton, que escreveu o relatório

Para muitas companhias, a resposta está fora da China. No início de março, a *Hebei Yong Jin Cable* abriu uma fábrica na Província de Tay Ninh, no Vietnã, nas proximidades da fronteira cambojana. “Na Província de Hebei, na China, um trabalhador relativamente não especializado ganha **mais de mil yuans por mês. Mas no Vietnã, o valor é de aproximadamente 500 yuans.**” diz Qu Huijun, diretor do projeto Vietnã em Hebei Yong Jin. “Mas no Vietnã, o valor é de aproximadamente 500 yuans. Ou seja, o custo de mão-de-obra é metade do chinês”, complementou o diretor. (DEXTER, 2008, p. 3, **grifos nossos**).

Ocorre que as contradições imanentes à forma de ser do capital são “teimosas”. Amenizações temporárias não significam jamais a “paz eterna” da exploração capitalista sobre o trabalho, tal como gostariam os capitalistas e os seus ideólogos. Essa “paz dos cemitérios” é efêmera e o “oásis vietnamita” para a exploração capitalista também tem seus limites. Quem se obriga a explicitar essa lógica histórico-concreta, devido à força dos acontecimentos imposta pela classe trabalhadora daquele país, é a imprensa do capital. É isso que teve que noticiar a EFE, Agência de Notícias espanhola, em 01/04/2008, ao dar cobertura à grande greve dos trabalhadores vietnamitas numa indústria da toda poderosa Nike. Segundo os termos da Agência:

“Quase todos os 21 mil trabalhadores de uma fábrica da Nike no Vietnã entraram em greve para reivindicar um aumento salarial que lhes permita combater a crescente inflação. Os operários da fábrica Ching Luh, na província de Long Na, iniciaram nesta segunda-feira a greve para exigir uma alta de pelo menos **20% em seu atual salário, de US\$ 59 por mês**, e um melhor serviço

de alimentação na cantina, indicou hoje Nguyen Van Thua, do sindicato provincial. Thua explicou que a fábrica, propriedade de uma empresa de Taiwan, e que fabrica calçados para a Nike desde 2002, paga a seus trabalhadores, a maioria mulheres jovens procedentes das zonas rurais, 14% a mais que o salário mínimo, mas o valor ainda é insuficiente para resistir à alta inflação. A companhia cumpriu as leis trabalhistas, mas como os preços seguem disparando a cada dia, os empregados tinham problemas para sobreviver até o fim do mês”. (apud MARTINS, 2008, p. 4, **grifos nossos**).

A greve em questão não foi um episódio isolado no quadro das empresas capitalistas industriais no Vietnã. É isso que informa uma matéria jornalística, apresentando um balanço das greves dos últimos anos no deste país:

Quase vinte mil empregados da fábrica de sapatos Pouchen, de capital taiwanês, localizada na província de Dong Nai, cruzaram os braços e pararam as máquinas no início de abril. A lei vietnamita determina que as empresas concedam aumento salarial anualmente. Mas os donos dessa companhia, desde 2008, desobedecem a regra. [...] **O protesto na Pouchen não foi um caso isolado nos últimos meses. Nos primeiros quatro meses do ano ocorreram 95 greves "fora-da-lei" no país. No ano passado, foram 216 paralisações desse tipo. Mais de 70% delas aconteceram em empresas de capital estrangeiro, segundo dado da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) do Vietnã. [...] Apenas 104 greves ocorreram em 2007. No ano seguinte, foram 750. Caíram para 314 em 2009.** ‘Companhias que estavam descumprindo leis e acordos coletivos estão percebendo que precisam reaver seu comportamento’, disse o vice-presidente da CGT, Hoang Ngoc Thanh. (ALTMAM, p. 1, 2010, **grifos nossos**).

Os acontecimentos mencionados no caso vietnamita confirmam, mais uma vez na história do capitalismo, a análise de Marx segundo a qual o valor da força de trabalho, diferente dos meios de produção constitutivos da produção capitalista, depende do seu grau de desenvolvimento histórico e moral. Por isso, afirmou que:

[...] em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, **das condições que se formou a classe dos trabalhadores livres**, com seus hábitos e exigências particulares. **Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias.** (MARX, 1994, p. 191, **grifos nossos**).

Trata-se, portanto, do elemento historicamente ativo, porque os seus possuidores (os integrantes da classe trabalhadora), além de transferir o valor daqueles meios nas mercadorias produzidas, produzir o valor da sua subsistência e a mais-valia apropriada pelos capitalistas, também são capazes de reagir e impor limites à exploração impostas pelos capitalistas e reagir ao seu aparato estatal. Além disso, devido a sua condição imanente de oponente estrutural do capital, a classe trabalhadora é o único segmento da sociedade com a possibilidade histórica de se organizar para romper com a ordem social vigente.

5) Tempo de Trabalho, trabalho necessário e trabalho excedente como categorias fundamentais

Inicialmente é imprescindível apresentar a definição marxiana das categorias trabalho necessário e trabalho excedente que expressam a base inexorável de toda produção especificamente capitalista. A jornada de trabalho se divide em duas partes: o trabalho necessário corresponde ao tempo de trabalho em que o trabalhador produz o valor dos meios de subsistência necessários à produção e reprodução da sua vida (trata-se do valor da força de trabalho); o trabalho excedente diz respeito ao tempo de trabalho apropriado pelo capitalista, ou seja, a mais-valia. Tendo em vista a importância dessas categorias, vale à pena recuperar um dos momentos em que Marx nos oferece definições precisas dessas categorias. Por exemplo, no capítulo VII (*A Taxa de Mais-Valia*), do Livro Primeiro, escreveu:

[...] durante uma parte do processo do trabalho, [o trabalha dor] **só produz o valor de usa força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários**. Produzindo ele num sistema que se fundamenta na divisão social do trabalho, **não produz diretamente seus meios de subsistência, mas um valor (sob a forma de uma mercadoria particular, o fio, por exemplo) igual ao valor dos seus meios de subsistência ou o dinheiro que os compra**.

[...]

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, **não representa para ele nenhum valor. Gera a mais valia**, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. **A essa parte do dia de trabalho chamo tempo de trabalho excedente e ao trabalho nela despendido, trabalho excedente**. [...] (1994, v.1, p. 241, 242, grifos nossos).

Onde e quando o modo de produção capitalista estiver em vigor, a questão fundamental do tempo de trabalho, do trabalho necessário e trabalho excedente continuaram sendo a base a partir da qual se ergue e reproduz a sociedade capitalista. Não há como prescindir das categorias (no sentido marxiano do termo) que constituem essa base simplesmente porque a realidade as põe e repõe a cada instante da produção capitalista.

Em cada mercadoria (unidade de valor) produzida sob a forma capitalista, estão contidas todas as categorias fundamentais dessa sociedade e, portanto, todo o condicionamento do conjunto da vida social que erige a partir dela. Cada mercadoria capitalista traz em si capital-dinheiro, meios de produção e força de trabalho que, no processo de produção, produzem uma mercadoria tangível ou um serviço com mais-valia.

Não há como fugir disso! Portanto, o tempo de trabalho condiciona o tempo fora do trabalho. Não se trata, portanto, de determinação unifatorialista e determinista, conforme teve que esclarecer diversas vezes Engels, mas sim daquilo que se impõe socialmente em última instância. Os seus termos didáticos a esse respeito, em carta em carta remetida a Joseph Bloch, datada de 21/22 de setembro de 1890, foram os seguintes:

[...] **Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem eu nem Marx afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc. as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante.** Trata-se de um **jogo recíproco** de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), **acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico.** Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau. (ENGELS, 2009, p. 1, 2, *itálicos do auto e grifos nossos*).

Acrescentamos a esse respeito que se fosse determinação absoluta – o que significaria reificação universal –, não haveria sequer a possibilidade de se pensar criticamente sobre a questão. Trata-se, ao contrário, de ter clareza que mesmo o pensamento crítico revolucionário sobre essa questão decisiva é produto desse condicionamento social.

O tempo na sociedade capitalista não pode ser entendido com o mínimo de correção se tratado em termos universais abstratos, ou seja, descolado da base de produção capitalista, cujo objetivo é a acumulação privada de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias: o valor. Trata-se, portanto, de tempo socialmente determinado pela demanda de acumulação ampliada do capital. Nesse sentido, o tempo fora das relações de produção, com todas as suas possíveis especificidades, não paira acima da sociedade, ao contrário, ele mesmo é um produto dessa base econômica. Vale lembrar a citação sempre atual (enquanto existir capitalismo) de Engels feita por Marx no Capítulo “*Maquinaria e a Indústria Moderna*”:

“A escravização em que a burguesia mantém o sujeito proletário **revela-se com maior clareza no sistema fabril**. Neste, cessa de direito e de fato toda a liberdade. O trabalhador tem de estar na fábrica às 5 ½ da manhã; se se atrasa alguns minutos, é punido; se o atraso é de 10 minutos, sua entrada é impedida até depois do jejum, perdendo a quarta parte de seu salário diário. **Tem de comer, beber e dormir, de acordo com o comando que recebe... O sino despótico arranca-o da cama; tira-o do jejum e do almoço**. E que é que acontece na fábrica? Nela o fabricante é o legislador absoluto. [...]” (apud Marx, 1994, v. 1, p. 485,486, **grifos nossos**).

As regras sociais imanentes ao capital se mantêm independentemente de alguns limites consideráveis impostos pelas organizações dos trabalhadores à exploração e opressão destes pelas personificações do capital. Esses limites impostos pelos trabalhadores são consideráveis e demonstram a capacidade reativa e ofensiva desta classe. Todavia, nos períodos de crise de acumulação os capitalistas, por meio do seu aparato estatal, buscam retroceder e generalizar, para a maioria dos trabalhadores, aquelas condições anteriores à existência de qualquer legislação fabril. Nos países e regiões que ainda inexistem, procuram impedir a sua implantação. Não por acaso, em 2018, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) informou que mais de 2 bilhões de trabalhadores no mundo estão submetidos à situação de informalidade. Segundo os termos do Relatório publicado em 30/04/2018:

Mais de 60 por cento da população mundial empregada ganha seu sustento na economia informal. A informalidade existe em todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento socioeconômico, embora seja mais prevalente nos países em desenvolvimento. Os 2 bilhões de mulheres e homens que vivem da economia informal estão privados de condições de trabalho decentes. A evidência mostra que a maioria das pessoas entra na economia informal não por escolha, mas como consequência da falta de oportunidades na economia formal e da ausência de outros meios de subsistência²⁵. (OIT, 2018, p. V, **grifos nossos**).

Por essas e outras razões fundamentais é que a transformação radical do tempo fora do trabalho, isto é pela raiz, só é possível com a transformação radical da base econômica que lhe gera. Somente se houver revolução social capaz de levar a cabo a transformação da organização do trabalho prioritariamente voltada para valorização do capital para uma nova organização social prioritariamente voltada para o atendimento das necessidades humanas, sob a forma de produção de valores de uso, baseada na

²⁵ “Over 60 percent of the world's employed population earns a living in the informal economy. Informality exists in all countries, regardless of the level of socioeconomic development, although it is more prevalent in developing countries. The 2 billion women and men living on the informal economy are deprived of decent working conditions. Evidence shows that most people enter the informal economy not by choice, but as a result of the lack of opportunities in the formal economy and the absence of other livelihoods”.

apropriação comunal dos meios de produção. Somente com uma transformação com esse fundamento social seria possível alterar, de fato, as relações entre tempo de trabalho (reino da necessidade) e tempo fora do trabalho, ou seja, o desenvolvimento abrangente das potencialidades humanas por meio da redução da jornada de trabalho não mais orientada pelos ditames do capital, mas sim pelos interesses dos livres produtores associados, realizada nas condições mais adequadas ao nível de desenvolvimento das forças produtivas existentes. Daí fazer pleno sentido a afirmação feita por Marx no final do Livro Terceiro de “*O Capital*”, ao discutir a “*Fórmula Trinitária*” do capital, quando apontou uma nova perspectiva de organização de tempo social compatível com uma nova organização comunista da sociedade:

[...] De fato, **o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da produção material propriamente dita.** O selvagem tem de lutar com a natureza para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. **É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode constituir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das formas humanas como um fim em si mesmo, o reino da liberdade, o qual só pode florescer por base no reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento é a redução da jornada de trabalho.** (MARX, 1985, p.942, grifos nossos).

São análises como essas que nos asseguram que, para Marx, caso a humanidade lograsse a construção de uma sociedade comunista, as atividades econômicas produtivas (trabalho) continuariam a ser imprescindíveis para a existência humana. O trabalho é, como escreveu Marx:

[...] criador de valores de uso, [...] **condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana**”. (1988, v.1, t. 1, p. 50, grifos nossos).

O trabalho se constitui, portanto, na base imprescindível da existência humana, todavia, ele não é o lócus preferencial para o desenvolvimento das múltiplas e as mais elevadas potencialidades humanas. Esse desenvolvimento pode ser realizado, por exemplo, por meio das atividades lúdicas, físicas, artísticas, científicas, esportivas e nas mais diversas modalidades de fruição do tempo livre.

Conclusão

Vitorioso na história até o presente momento, o modo de produção capitalista, a nosso ver, só pode existir ampliando o processo mundial de acumulação ampliada de capital e das suas insolúveis contradições. Como contradição social em processo antagônico entre classes fundamentais, visto que a exploração do trabalho da classe trabalhadora pela burguesia é condição *sine qua non* para a sua existência, a ordem social do capital apresenta como uma das possibilidades históricas a sua superação revolucionária por outra forma de organização social: a comunista. Outra possibilidade histórica que as contradições sociais do capital têm posto a partir de meados do século XX, com a produção e a utilização de armas nucleares, é a destruição da humanidade e da maior parte das formas de vida do Planeta.

Dadas as características objetivas fundamentais da ordem social vigente, baseadas na relação de retroalimentação entre a sua singularidade – fundada na exploração do trabalho da classe trabalhadora pela classe capitalista em cada unidade produtiva de capital – e a sua expansão universal realizada sob essa base contraditória, a produção e reprodução ampliada do capital só podem ser destruídas por uma revolução social anticapitalista que se espalhe mundialmente e seja capaz de erradicá-la pela raiz. O que impõe acabar com a propriedade privada dos meios de produção sob a forma capital (ou qualquer outra forma privada de apropriação dos referidos meios) e, por decorrência, com a apropriação da mais-valia extraída da classe trabalhadora pela classe capitalista, juntamente com todo o conjunto de relações sociais e instituições que respaldam essa exploração vital para o capital

São pelas razões ora discutidas e por muitas outras similares, que aqueles educadores/militantes que se põe no campo do socialismo revolucionário não podem deixar de tentar recuperar, com a maior clareza possível, o rico instrumental teórico-político do materialismo histórico fundado e desenvolvido por Marx e Engels e, por decorrência, da crítica da economia política burguesa realizada especialmente em “*O Capital*”. Isso porque, conforme procuramos indicar neste texto, as categorias fundamentais da sociedade capitalista estavam postas à época de Marx e Engels continuam em vigor. O desenvolvimento e complexificação das relações sociais de produção não alteram os seus fundamentos sociais presentes no século XIX, ao contrário,

quanto mais isso ocorre, tanto mais aquelas categorias são atualizadas e, dessa forma, a necessidade de compreendê-las adquire maior relevância teórica e política.

É nesse sentido que utilizamos aquelas categorias como instrumental imprescindível para a compreensão das determinações econômicas que sustentam a ordem social em curso, procurando, tal como enunciamos, realizar análises que apreendam de maneira aproximativa as reais relações capitalistas de reciprocidade entre universalidade, particularidade e singularidade. Foi nesse sentido que procuramos empreender uma análise inicial sobre os fundamentos que condicionam, nesta sociedade, as relações entre tempo de trabalho e tempo fora das relações de trabalho. Com isso, buscamos, na medida do possível, oferecer contribuições no sentido de compreender e intervir imediata e mediatamente na realidade social posta, objetivando a sua superação.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Bruno. **Trabalhadores vietnamitas fazem greves por melhores salários**. 04 mai. 2010. Disponível em: http://www.operamundi.uol.com.br_reportagens_especiais. Acesso em: 08 maio 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2010.

BECK, Ulrich. **Capitalismo sem trabalho**. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v.18. n. 1. p.41-55, 1997. Semestral. Tradução de Peter Naumann. ISSN 1980-2668. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1882/2255>. Acesso em: 04 jun. 2017.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho Duro, Discurso Flexível: Uma Análise do Toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BLACK, Tomas. **GM e Ford aumentam produção no México com salários de \$U 26 dólares por dia**. 09 jun. 2010. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2010-06-09/Gm-ford-boost-me>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARVALHO, Rui Quadros. **Tecnologia e Trabalho Industrial**. Porto Alegre-RS: LP&M, 1987.

CHASIN, José. Rota e perspectiva de um projeto marxista. *In: Ensaios Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem* – n. 1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições *Ad Hominem*, 2000. (p. 5-79).

DEXTER, Robert. **A era do trabalho barato na China acabou**. 2008. Disponível em: <http://www.blogdofavre.ig.br/2008/03/4296>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ECONOMIA DOS ESTADOS UNIDOS. 2010. **Wikipédia**. Disponível em: http://www.wikipedia.org.wik/economia_dos_Estados_Unidos. Acesso em: 14 fev. 2015.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Joseph Bloch, de 21/22 de setembro de 1890**. 2009. Disponível em: <http://www.marxsts.org>. Acesso em: 12 out. 2020.

ESTADOS UNIDOS. Salário **Mínimo Nacional**. 15 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/mercado-laboral/salario-minimo-nacional/estados-unidos>. Acesso em: 12 jun.2020.

FUKUYAMA, Francys. **El fin de la historia y el último hombre [O Fim da história e o último homem]**. Barcelona: Planeta, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Ciência e Técnica Como Ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (vol. 1).

HE, Laura; GAN, Nectar. China já pode ter 80 milhões sem trabalho; especialista vê risco de distúrbios. **CNN**. 09/05/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/05/09/china-ja-pode-ter-80-milhoes-sem-trabalho-especialista-ve-risco-de-disturbios>. Acesso em 02 jun. 2020.

HIPPLE, Steven. **O mercado de trabalho em 2009: a recessão arrasta-se**. 2010. Disponível em: <http://www.bls.gov/opub/mlr/2010/03/art1full>. Acesso em: 05 maio 2014.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2004.

IASI, Mauro. Classes sociais e reestruturação produtiva do capital. **Revista Novos Temas**, n. 01, Salvador: Quarteto; São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, Set. 2009.

KAMATA, Satohsi. **Japão: A Outra Face do Milagre**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KAMATA, Satohsi. **Toyota, l'usine du désespoir : journal d'un ouvrier saisonnier. [Toyota, Fábrica do Desespero: Relato de Um Trabalhador Sazonal]**. Paris: *Éditions ouvrières*, 1976.

KATZ, Cláudio; BRAGA, Rui Braga, COGGIOLA, Oswaldo. **Novas tecnologias: Crítica da Atual Reestruturação Produtiva**. São Paulo, Xamã, 1995.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **Capital e Educação Escolar na Obra de Dermeval Saviani**: Apontamentos Críticos. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, José. O Capital em coma induzido. **Crítica Semanal da Economia Política**. abr. 2020. Disponível em: criticadaeconomia.com.br. Acesso em 29 abr. 2020.

José Martins. Crise financeira global: quebra de bancos. **Crítica Semanal da Economia Política**, São Paulo, n. 941/42, set. 2008.

José Martins. O agronegócio assalta os cofres públicos. **Crítica Semanal da Economia Política**, São Paulo, n. 16/17, jun., 2006.

José Martins. **O império do terror**: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARTINS, José. **Os limites do irracional**: globalização e crise econômica mundial. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro 1: O Processo de Produção do Capital). v.I e v. II. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro 2: O Processo de Circulação do Capital). v.III. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991a.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro 3: O Processo Global de Produção do Capital).v. IV. Rio de Janeiro, 1991b.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro 3: O Processo Global de Produção do Capital).v. VI. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I (O processo de produção do capital). São Paulo: Nova Cultural, 1988. (v. 1 t. 1 e 2).

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MUKHERJEE, A. **Depois da China, Vietnã será a fábrica do mundo**. 05/12/2007. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&id=aDjL0As_b1h4>. Acesso em: 10/10/2013.

NETTO, José Paulo. Apresentação do Livro Revolução Informacional. LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Women and men in the informal economy: a statistical picture*. (third edition) {Mulheres e homens na economia

informal; um quadro estatístico. (terceira edição). International Labour Office {Escritório Internacional do Trabalho} – Genebra, 2018

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabajar en cualquier momento y en cualquier lugar: consecuencias en el ámbito laboral. [Trabalhar em qualquer momento e em qualquer lugar: consequências no local de trabalho]**. (OIT, 2019).

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PELIANO, José Carlos (Org.). **Automação e Trabalho na Indústria Automobilística**. Brasília: Editora da UnB, 1987.

PORDATA. **Base de dados – Portugal Contemporâneo**. 2020. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+activa-1944>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

RATTNER, Henrique. **Impactos Sociais da Automação: O Caso do Japão**. São Paulo: Nobel, 1988.

ROBIN GOODFELLOW. **Sobre mais-valia Relativa**. 27/08/2017. Disponível em: <https://defesadomarxismo.wordpress.com/2017/08/>. Acesso em 05 mar. 2018.

RIBEIRO, Bruna. **Relatório da OIT: 152 milhões de crianças e adolescentes trabalham no mundo**. 11/10/2017. Disponível em: <https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/noticias/materias/relatorio-da-oit-152-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-trabalham-no-mundo/>. Acesso em 18 fev. 2018.

SANTOS, Isabela. **Salário Mínimo na China: Veja o Valor!**. Disponível em: <https://previdenciasimples.com/salario-minimo-na-china-veja-o-valor/>. 2019. Acesso em: 15 out. 2020.

TRADING ECONOMICS: **Índia – Taxa de desemprego, 2020**. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/india/unemployment-rate>. 2020. Acesso em 01 nov. 2020.

TUMOLO, Paulo Sergio. **A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate**. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 2, set. 2017.

UNTERWEGER, Peter. **Produção enxuta: mito e realidade**. BOLETIN da FITIN (Federação Internacional dos Metalúrgicos (Departamento Automotivo), Genebra, out, 1992

XU, Qingwen.; PASHA, Farooq. **República Popular da China: perfil estatístico (perfil nº 5)**. Disponível em: http://www.agingandwork.bc.edu/documents/CP05_Workforce_China. Acesso em 01 nov. 2020.

WENTZEL, Marina. **China perde competitividade na indústria, diz pesquisa**. 04 mar. 2008a. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080304_chinaquedamanufatura_mw.shtml. Acesso em: 12 jun. 2013.

WENTZEL, Marina. **Situação do desemprego na China é ‘crítico’, diz governo**. 20 nov. 2008b. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/20_nov_08_chinadesemprego_mw_mp.shtml. Acesso em: 11 jun. 2013.